

Relator diz que anistia ampla e irrestrita é ‘impossível’

Paulinho da Força será o relator de PL da Anistia de 8/1

Por Gabriela Gallo

Após a longa e movimentada sessão no plenário da Câmara dos Deputados, o presidente da Câmara dos Deputados Hugo Motta (Republicanos-PB) definiu, nesta quinta-feira (18), o deputado federal Paulinho da Força (Solidariedade-SP) como relator do Projeto de Lei (PL) nº 2162/2023, que concede anistia aos presos envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, em Brasília. A Câmara aprovou a urgência do PL 2162/2023 na noite de quarta-feira (17). Há chances do projeto ser votado já na próxima semana no plenário da Casa – já que ele não será debatido em comissões por ter sido aprovada a urgência.

Contudo, em entrevista concedida à imprensa, o deputado federal Paulinho da Força (Solidariedade-SP) disse que é “impossível” conceder uma anistia ampla, geral e irrestrita, projeto que é fortemente defendido pela oposição, especialmente parlamentares bolsonaristas.

“[Anistia] ampla, geral e irrestrita é impossível. Essa discussão eu acho que já foi superada ontem, quando o Hugo [Motta] teve uma reunião de mais de três horas com o pessoal do PL. Acho que nós vamos ter que fazer uma coisa pelo meio. Isso aqui talvez não agrade nem extrema direita, nem extrema esquerda, mas agrade a maioria da Câmara”, destacou Paulinho da Força.

Paulinho da Força disse que tem relação “com esquerda” e “com direita”, que conversará



Valter Campanato/Agência Brasil

Paulinho da Força relata que condição foram avisada por Motta ao Partido Liberal

com governadores para influenciar as bancadas estaduais e que espera colocar o texto em votação já na próxima semana. “Cabe a mim tentar fazer esse meio de campo. É o que eu vou fazer. Conversar com todo mundo para que, no final, a gente possa ter um texto que agrade a todos”, ele destacou.

Dosimetria

Ao Correio da Manhã, o especialista em Direito Público Saulo Gonçalves Santos avaliou que, para além das falas do relator, Paulinho da Força “tem características de ser uma pessoa mais moderada”, então ficaria “afastada a possibilidade de uma anistia ampla e restrita, e aproximam-se a possibilidade de uma redução das penas em relação às pessoas que participaram no movimento do dia 8

de janeiro”. Uma proposta alternativa sobre a anistia – que visa reduzir a dosimetria dos condenados pelos atos antidemocráticos, que chegam a até 17 anos, consideradas muito elevadas por críticos ao STF e parlamentares do Centrão – vinha sendo estudada por Alcolumbre e o ex-presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Para a reportagem, o especialista em Direito Público ainda ponderou que a escolha de Hugo Motta no nome de Paulinho da Força foi uma resposta para as reações da sessão que aprovou a urgência do projeto. Ou seja, o texto apresentado pelo deputado federal Marcelo Crivella (Republicanos-RJ) foi apenas para tirar a urgência do projeto do radar.

“Essa indicação foi apresentada de modo implícito pelo

deputado Hugo Motta ao escolher o Paulinho da Força como relator. Inclusive o próprio Paulinho já afirmou em entrevistas que o projeto de urgência aprovado na Câmara apenas foi feito para obter urgência [do projeto]. Mas que nesse próprio projeto a base dele já teria excluído algumas questões mais extremistas que previnham a anistia ampla. Então esse projeto em si foi utilizado apenas para a consecução da urgência, de modo que sim, apenas consistiria numa redução da pena, não se aproximando da questão relacionada com a anistia geral e restrita”, ele detalhou.

Para Saulo, considerando que o projeto reduza as dosimetrias dos envolvidos em 8 de janeiro, mas não os anistie completamente, as chances do projeto ser aprovado no Congresso são altas.

Gilmar: PEC da Blindagem não afeta processos em curso

Por Karoline Cavalcante

O ministro Gilmar Mendes, decano do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou nesta quinta-feira (18) que os processos já abertos contra parlamentares na Corte seguirão seu curso normal, mesmo diante da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 03/2021) pela Câmara dos Deputados que restringe o avanço de investigações contra parlamentares — apelidada de PEC da Blindagem.

A proposta determina que ações penais contra membros do Congresso só poderão ser abertas no Supremo com autorização prévia da própria Casa Legislativa à qual pertencem os investigados. Além disso, a prisão em flagrante de parlamentares por crimes inafiançáveis também passaria a depender de confirmação, em até 24 horas, por meio de votação secreta.

Durante evento no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Mendes ressaltou que as novas regras, caso venham a ser implementadas, não têm efeito retroativo. “Os processos que já estão em andamento seguirão normalmente. As denúncias já recebidas continuam válidas”, afirmou. Ele ainda lembrou que, até 2001, era comum que a abertura de ações contra parlamentares dependesse de aval do Legislativo, o que, na prática, travava as investigações. Apesar de não cravar um posicionamento sobre a constitucionalidade da proposta, o decano indicou que a matéria pode acabar sendo analisada pelo próprio STF. “Vamos aguardar”, disse o ministro.



Rosinei Coutinho/SCO/STF

Proposta amplia foro privilegiado para parlamentares

Resistência

A PEC gerou reações dentro e fora do Congresso. Os líderes do PT, PSB e PSOL ingressaram também nesta quinta-feira com uma ação no STF pedindo a suspensão imediata da tramitação da proposta. Os partidos alegam que a votação desrespeitou ritos regimentais básicos, como a falta de publicidade do parecer do relator e a convocação de sessões sem o devido prazo de antecedência.

No entendimento dos autores da ação, essas supostas irregularidades configuram vícios insanáveis no processo legislativo, que, se não forem corrigidos a tempo, poderão consolidar a medida como parte do texto constitucional — dificultando, assim, sua reversão futura.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) também se

posicionou contra a aprovação da PEC. Em sua primeira crítica pública à medida, afirmou que o texto ultrapassa os limites da razoabilidade. “Garantir imunidade da forma como foi feita, até para presidente de partido, não é uma coisa séria”, disse Lula durante evento do Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) no Palácio do Planalto. “A prerrogativa que devemos garantir é a do povo”, completou.

Senado

Apesar da ampla margem de votos favoráveis na Câmara — foram 353 votos a 134 no primeiro turno e 344 a 133 no segundo — a proposta enfrentará um cenário mais difícil no Senado, onde lideranças de diferentes partidos já demonstram resistência ao texto.

Durante sessão no Plenário na última quarta-feira (17), o senador Eduardo Girão (Novo-CE) manifestou-se firmemente contra a PEC 3/2021, que amplia o foro privilegiado para parlamentares e autoridades federais, incluindo presidentes de partidos políticos. Para ele, a proposta representa um retrocesso, pois contraria o avanço da PEC 10/2013, aprovada pelo Senado em 2017, que visava extinguir o foro privilegiado para crimes comuns cometidos por deputados, senadores, ministros e outras autoridades. Girão criticou ainda o que considerou um desvirtuamento da proposta, afirmando que o que deveria ser uma ferramenta para combater abusos do STF virou um “veneno” para o sistema político.

Ao Correio da Manhã, o professor de Direito Penal do Ibmec Brasília, Tédney Moreira, destacou que, apesar do forte apoio da chamada bancada do “Centrão” à PEC da Blindagem na Câmara dos Deputados, “não há clima político favorável para que a proposta avance no Senado”. Segundo ele, a pressão negativa da opinião pública, amplificada por diversos meios de comunicação, deve influenciar os senadores, que são menos numerosos e, portanto, mais visíveis para seus eleitores.

“Contudo, se o Senado aprovar a medida em dois turnos de votação, atingindo, em cada turno, três quintos dos votos, será automaticamente aprovada, sem passar por exame do Poder Executivo. Por se tratar de uma emenda constitucional, o Congresso Nacional (reunião da Câmara e do Senado) promulga o novo texto”, explicou Moreira.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados



Isnaldo Bulhões Jr. defendeu mudança em penas

Líder do MDB deu pista para solução do impasse

Ao orientar sua bancada na votação do pedido de urgência para o projeto de anistia, o líder do MDB, Isnaldo Bulhões Jr. (AL), traçou os limites do que boa parte da Câmara considera aceitável para resolver o impasse sobre o tema. O discurso tem sido citado como uma espécie de resumo da posição do Centrão.

Em sua fala, Bulhões Jr. desenhou o que, no dia

seguinte, seria alardeado pelo deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP), designado para relatar a proposta: negou a possibilidade de uma anistia, mas acenou com uma mudança (falou em “dosimetria”) de penas.

Isso, para “fazer alguma correção na lei e permitir que seja maneiada a força do braço da Justiça em penas excessivas que já foram aplicadas”.

Correções

O líder do MDB defendeu o voto contrário à urgência de um projeto de anistia já que, afirmou, houve uma tentativa de golpe no 8 de Janeiro. Para ele, o correto seria corrigir “alguma injustiça”, mas não perdoar os que “atentaram contra a democracia” do Brasil.

Consensos

O MDB votou majoritariamente pela urgência (21 votos a favor; 14 contra; cinco ausências e duas abstenções). Mas o recado de Bulhões Jr. foi dado e deve indicar o comportamento da maioria da Câmara — o Centrão, historicamente, evita gerar impasses.

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados



Tarcísio Motta contra qualquer benefício

Psol: Centrão quer ficar livre para chantagear

Deputado do Psol, Tarcísio Motta (RJ) é contra qualquer benefício para condenados e acusados de tentativa de golpe, mas admite que, na Câmara, todos falam num acordo que incluía redução de penas para todos e prisão domiciliar, por motivos de saúde, para Jair Bolsonaro — esta, uma decisão que caberia ao Supremo Tri-

bunal Federal. Para ele, encaminhar uma solução é importante até para o Centrão, que, diz, precisa destravar a pauta da Câmara para poder negociar votos e, assim, “poder chantagear o governo”. Uma mudança nas penas, frisa, não mudaria o status de Bolsonaro, que continuaria como condenado.

Canoas

Tarcísio destaca que, diferentemente da blindagem em relação a processo, o tema da anistia não é essencial para partidos do Centrão. “Eles querem manter o governo empatado e continuar com um pé em cada canoa, para depois decidirem o que farão em 2026”.

Fique em casa

Ninguém da esquerda admite abertamente, mas a tendência majoritária no grupo é de não bater pé contra a possibilidade de Bolsonaro ter o direito de cumprir prisão domiciliar por questões de saúde. Isso, até para não contradizer posições históricas desses partidos.

Desgaste

Divergências à parte, há um consenso na Câmara: na tentativa de evitar brigas e buscar consensos, o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), tem conseguido se desgastar com todo mundo. Já há quem aposte em sua não reeleição para o cargo em 2027.

Ainda líder

Apesar da renúncia pública em prol do autoexilado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), a deputada Caroline de Toni (PL-SC) continua, oficialmente, líder da Minoria na Câmara. Até, pelo menos, o início da noite de ontem, o nome dela é o que constava no site oficial da Casa.